



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
Esplanada dos Ministérios Bloco L sala 200 Ed. Sede - Cep 70 047-900
Telefones 2104. 9377 /2104 9381 e Fax 2104 9362
Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180

Comitê de Articulação e Monitoramento do
Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM
Ajuda-Memória – 22ª Reunião Ordinária

Data: 04/09/2008, das 09:00 às 12:00h.

Local: 2ª Câmara do Centro Cultural Evandro Lins e Silva – edifício da Subsecretaria de Planejamento de Políticas para as Mulheres (SPM-L2 sul).

Participantes:

- Ana Koatz – MCid
- Ana Sabóia - IBGE
- Berenice Rosa – Fórum organismos/municípios
- Cecília Teixeira – Fórum organismos/estados
- Elisabete Busanello – MDA
- Fábiana Oliveira Martins de Souza – SPM
- Gláucia de Fátima Barban Morelli – CNDM
- Ivete Campos – Seppir
- Leila Bezerra – Funai
- Lidiane Gonçalves – MS
- Lourdes Bandeira – SPM
- Lúcia Helena Rincon Afonso – CNDM
- Magaly Correia Marques – Casa Civil
- Maria Beatriz de Faria – MME
- Maria de Fátima Kobielski – MTE
- Masra de Abreu Andrade – SPM
- Mônica Rodrigues – MDS
- Nina Madsen – SPM
- Rosa de Lourdes Azevedo dos Santos – CNDM
- Rosana Medeiros de Oliveira – MEC
- Rosimere Maria Vieira Teles – CNDM
- Solange Ferrarezi – Fórum organismos/municípios
- Taís Cerqueira Silva – SPM
- Thaís Werneck – MinC
- Vanda de Souza – Fórum organismos/estados
- Vera Oliveira – MAPA

1. Aprovação da memória da 21ª reunião do Comitê.

A memória foi aprovada com poucas ressalvas. A representante da Casa Civil solicitou alterar texto do 2º parágrafo do item 3 da memória, de modo a tornar o conteúdo mais fidedigno a sua fala. O parágrafo passa a ter a seguinte redação: “...e que houve uma consulta formal ao Ministério da Fazenda e ao Ministério do Planejamento, que concordaram com a participação dos órgãos no Comitê. Ressaltou, ainda, que a Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil questionou o tamanho supostamente excessivo do Comitê. A preocupação no caso seria a ampliação do tamanho da instância, com uma participação efetiva reduzida”. A representante do MTE solicitou também que a palavra “apenas” fosse retirada da seguinte frase constante do 2º parágrafo do item 7 da memória: “Já em relação ao orçamento do Ministério do Trabalho e Emprego, informou-se que o mesmo não pôde ser desagregado apenas para contemplar as políticas de gênero ou voltadas para as mulheres”.

Uma das representantes dos organismos estaduais de políticas para as mulheres elogiou a redação das memórias das reuniões e lamentou não ter participado da 21ª reunião, na qual houve uma discussão muito rica e produtiva sobre a atuação dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras), dos Centros de Referências Especializados de Assistência Social (Creas) e dos Centros Especializados de Referência para Atendimento às Mulheres em Situação de Violência (CR) no âmbito dos estados.

2. Informe sobre a reunião com o MDS referente aos Cras/Creas/Centros de Referência

A coordenadora do Comitê informou que, conforme acordado na 21ª reunião do Comitê, foi realizada, no dia 11/08, uma reunião entre MDS, SPM e Casa Civil para avaliação da situação levantada pelas representantes dos organismos de políticas para as mulheres em relação às dificuldades na definição de papéis dos Cras, Creas e CR. A representante da SPM destacou que a discussão foi pautada por duas questões:

- Necessidade de ampliação dessa discussão política e conceitual, pois, embora já exista um termo de cooperação entre SPM e MDS no âmbito do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, é necessário envolver outros atores nessa discussão. Nesse sentido, foi proposta a realização de uma reunião de trabalho ampliada com a participação de uma pessoa que não representa o governo e que tem uma reflexão sistematizada sobre assistência social e gênero. Além disso, o MDS apresentaria a política nacional de assistência social e a SPM faria uma exposição sobre a perspectiva de gênero na assistência social;
- Constatação de que há uma baixa autonomia dos organismos estaduais e municipais de políticas para as mulheres que estão vinculados à Assistência Social. A representante da SPM informou que a Secretaria já apresentou esta questão à Subchefia de Assuntos Federativos (SAF/PR) da Casa Civil, uma vez que o MDS não tem governabilidade para interferir neste contexto. Informou, ainda, que a SAF abordaria este assunto no encontro de prefeitos a ser realizado em novembro e que a SPM vem fazendo uma discussão política e recomendações no âmbito do Fórum de Organismos de Políticas para as Mulheres.

Quanto às ações de capacitação dos CRAS e CREAS para o atendimento das mulheres em situação de violência no âmbito do Pacto Nacional, a representante da Subsecretaria de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres da SPM comunicou que os estados que ainda não solicitaram recursos para estas ações deverão seguir as diretrizes a serem definidas na reunião de trabalho ampliada citada anteriormente.

A Coordenadora do Comitê ratificou estas informações e ressaltou que esta discussão está efetivamente caracterizada, por um lado, pela questão institucional, quando se trata do papel e da integração dos CRAS, CREAS e CR, e por outro, pela abordagem conceitual, principalmente em relação aos conceitos de assistência e de família. Neste último caso, seria fundamental considerar que há uma grande dinâmica social definindo novas configurações de família. Além disso, uma das representantes do CNDM salientou que se fazia necessário também trabalhar o conceito de

“necessidades mínimas” neste debate, uma vez que esta abordagem não têm sido suficiente para mudar a realidade brasileira.

A representante do MDS informou que tomou conhecimento dos encaminhamentos desta reunião e que o MDS mobilizaria mais técnicos para a reunião de trabalho ampliada. Destacou também que esta discussão é muito bem-vinda para o Ministério e muito importante para a política nacional de assistência social que está tentando romper com paradigmas para se tornar numa política de direitos. Quanto aos CRAS e CREAS, ressaltou que são serviços relativamente recentes no âmbito da política de assistência social, a qual ainda não conseguiu compreender e institucionalizar a questão de gênero e, diante disso, seria importante que o MDS trabalhe as diretrizes da capacitação dos profissionais destes serviços em parceria com a SPM. Finalmente, enfatizou que esta política é implementada no contexto de um pacto federativo e que, portanto, o governo federal teria que enfrentar e levar esta discussão para as instâncias descentralizadas.

Por fim, a Coordenadora do Comitê corroborou a fala da representante do MDS e destacou que esta discussão é um processo pedagógico e que a SPM manterá o Comitê sempre informado.

3. Documento de avaliação do I PNPM

Em relação ao documento de avaliação dos três anos de implementação do I PNPM, foi destacado que o prazo dado para que ministérios e secretarias enviassem suas contribuições se expirou no dia 21/08, data na qual a SPM havia recebido apenas as contribuições do MS, MDS e MCid. Foi informado ainda que MEC e MDA se comprometeram a enviar as informações até o fim da semana.

A representante da Seppir solicitou intervenção da SPM junto ao órgão para demandar novamente o envio das informações. A Coordenadora do Comitê ressaltou que iria reiterar a demanda, mas que seria fundamental que os representantes dos ministérios no Comitê fizessem uma articulação interna para reforçar a importância da demanda. A representante da Funai comprometeu-se a encaminhar uma pequena avaliação, embora a Funai não tenha integrado o I PNPM. Foi destacado pela representante do MTE que há dificuldades de articulação interna, mas que a criação formal da Comissão de Gênero possibilitou um maior reconhecimento do trabalho que já vinha sendo desenvolvido e fortaleceu a discussão de gênero no ministério. Finalmente, a representante do MinC informou que iria conversar com a representante titular do órgão para providenciar o envio das informações, uma vez que a mesma havia informado que o MinC estava em dia com o Comitê.

Foi lembrado a todas/os as/os integrantes do Comitê que se este documento não for lançado, ficaremos sem qualquer documentação do ano de 2007, pois não houve preenchimento do Sistema e nem produção de relatório específico. Nesse sentido, acordou-se que o novo prazo para envio de contribuições seria o dia 12/09 e que a SPM faria constar do documento nota informando os órgãos que não encaminharam as informações solicitadas. Definiu-se ainda que a proposta de documento seria apresentada na próxima reunião ordinária do Comitê, no dia 09/10.

5. Aprovação do texto sobre Orçamento do II PNPM

Em seguida, foi apresentado o capítulo sobre o orçamento do II PNPM. Iniciou-se com a apresentação dos ministérios que não haviam encaminhado suas previsões orçamentárias, a saber: Secretaria de Comunicação da Presidência da República, SEDH, Seppir, IBGE e MCid. Foi lembrado que estes ministérios e secretarias apareceriam na tabela do orçamento com a informação “a definir” e que, no caso do IBGE, como ainda não tinha sido possível fazer previsão de gastos com as pesquisas dispostas no II PNPM, optou-se pela mesma solução.

Já no caso do Ministério das Minas e Energia, cujos recursos não constam do Orçamento da União, mas de fundos específicos, decidiu-se anteriormente apresentar a informação “Recursos não-orçamentários”. No entanto, a representante do Ministério solicitou que fosse apresentado também com a informação “a definir”, mesmo que os recursos a serem definidos sejam não-orçamentários.

A representante da Subsecretaria de Planejamento da SPM explicou mais uma vez que a tabela dos recursos foi dividida em duas partes, sendo que a primeira contemplava os recursos de ações específicas para as mulheres e/ou políticas de gênero, enquanto a segunda demonstrava os recursos de ações universais para aqueles órgãos que não conseguiram desagregar os orçamentos.

A coordenadora do Comitê mencionou que a publicação do II PNPM com previsão de recursos terá uma grande repercussão no governo e na sociedade. A representante do MTE destacou que já está havendo uma boa repercussão no âmbito dos ministérios, apesar do II PNPM não ter sido publicado ainda.

Um das representantes do CNDM mencionou que se sentia contemplada com o texto do capítulo e parabenizou o trabalho do Comitê, especialmente a explicação conceitual abordada na página 3 do documento. Destacou ainda que isto representa um grande avanço e que o II PNPM poderá ser utilizado como instrumento de pressão.

Quanto à falta de definição do orçamento do MME no II PNPM, uma das representantes dos organismos estaduais de políticas para as mulheres afirmou que não entende o porque disto, já que o Ministério possui um Comitê de Gênero bem estruturado e desenvolve diversas ações para as mulheres. A representante do MME explicou que, embora isso seja realidade, ainda não foi possível desagregar os recursos das ações universais do órgão, pois no momento da elaboração do seu orçamento, não há uma vinculação específica para os recursos das ações desenvolvidas para as mulheres e/ou para as políticas de gênero.

A representante do MDS solicitou constar do capítulo que, por uma questão metodológica, optou-se por não incluir os recursos do programa Bolsa Família, uma vez que não houve na sua origem uma diretriz para empoderamento das mulheres, apesar delas representarem 92% dos beneficiários do programa. Solicitou, ainda, que o capítulo fosse encaminhado ao Ministério para aprovação da redação proposta pela SPM. Uma das representantes do CNDM destacou que concorda com a decisão tomada e com inclusão da nota explicativa no texto do capítulo. Embora também concorde com a questão, uma das representantes dos organismos municipais de políticas para as mulheres ressaltou que seria importante que o MDS repensasse o programa a partir de um olhar de gênero.

6. Debate sobre monitoramento das ações prioritárias

Neste ponto de pauta, foi apresentando a todo o Comitê um documento com uma proposta de monitoramento das ações prioritárias para 2008, com uma metodologia que apresenta 3 momentos, a saber: 1º) Envio de informações para conhecimento de cada ação prioritária; 2º) Envio de informações para monitoramento trimestral; 3º) Envio de informações para avaliação anual. Em seguida, acordou-se o prazo de 09/10, data da próxima reunião do Comitê, para envio das informações do 1º momento, quais sejam:

- a) **Modo de execução:** informar a forma de implementação de cada ação, ou seja, se a ação é executada diretamente pelo órgão, indiretamente a partir da celebração de contratos e/ou convênios ou ainda por meio de repasse dos recursos aos estados e/ou municípios (descentralização).
- b) **Regionalização:** mencionar quais as regiões e/ou estados e/ou municípios que a ação abrange.
- c) **Previsão orçamentária:** assinalar os recursos previstos para cada ação em 2008, quando a desagregação for possível. É importante ressaltar que os recursos desagregados já recebidos pela SPM referem-se ao período de 2008-2011 e, portanto, a Secretaria não tem como saber os recursos relativos a 2008.
- d) **Categoria de despesa:** registrar, quando possível, se há despesas de capital, especialmente obras, e de custeio na execução de cada ação, informando a proporção de cada categoria.
- e) **Metas:** citar as metas físicas esperadas para 2008 em cada ação. Esta informação é importante para se dimensionar os resultados esperados.
- f) **Público-beneficiário:** informar o público-alvo que será beneficiado com cada ação prioritária.

- g) **Parceiros:** assinalar os parceiros envolvidos na implementação de cada ação em 2008 como, por exemplo, governos estaduais e municipais, entidades privadas, organizações não-governamentais, etc.
- h) **Indicadores:** fazer um levantamento de tudo aquilo que se tem em termos de indicadores na instituição em relação às ações prioritárias do órgão. Este levantamento servirá de subsídio para a construção dos indicadores do Plano, a ser feita em conjunto com consultoria contratada pela SPM.

A representante do MMA informou que talvez duas ações do Ministério serão retiradas da lista de ações prioritárias em função de corte nos recursos previstos. A representante do IBGE fez uma ressalva em relação aos indicadores que serão estabelecidos, destacando que é importante ter uma definição clara do que se quer monitorar e quais serão as diretrizes norteadoras.

Finalmente, foi lembrado que, para este conjunto de ações, a SPM já iniciou conversas para que o modelo de monitoramento do Pronasci (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania), desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas em parceria com o Ministério da Justiça, possa ser replicado para o II PNPM.

7. Informes Gerais

A representante do MAPA registrou a sua satisfação em saber que o Ministério passará a compor o Comitê formalmente e informou que já havia encaminhado à Casa Civil a manifestação de interesse do ministério em participar do Comitê. A representante da Casa Civil aproveitou o ensejo para comunicar que o parecer favorável, bem como a minuta do Decreto de alteração da composição do Comitê, já estavam prontos e a Casa Civil estava aguardando apenas o recebimento da manifestação de interesse do MAPA para providenciar a publicação do Decreto, uma vez que o IBGE e a CEF já haviam se manifestado.

A representante do IBGE destacou a importância de se trabalhar no Comitê diretrizes sob a perspectiva de gênero para as pesquisas domiciliares do Instituto. Ressaltou ainda a importância da articulação da SPM com o IBGE no sentido de se pensar uma pesquisa sobre violência contra a mulher. O Instituto tem se utilizado de metodologias alternativas (experiência de pesquisa-estudo) para estudar questões específicas. A representante do MME mencionou que não entendia porque o IBGE não conseguia incorporar a perspectiva de gênero nas pesquisas. A representante do Instituto explicou que, hoje, a maioria das pesquisas domiciliares tem objetivos específicos tais como mercado de trabalho e orçamento familiar. Ademais, o IBGE não conta com uma equipe específica para trabalhar a questão.

Por último, a representante do MDA comunicou que, nos dias 05 e 06/09, seria realizado o Fórum de Elaboração da Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta para apresentação e discussão da campanha nacional.

8. Próxima reunião

A coordenação do Comitê informou que a próxima reunião será adiada para o dia 09/10, em função do envolvimento de algumas representantes no período de eleições, e que a mesma iniciará-se às 09:00, sendo realizada de maneira continuada até as 12:00hs, não havendo retorno após o almoço.